



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES

CADERNO DE PROVAS

CONCURSO PARA INGRESSO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O candidato está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, o **cartão-resposta**, **único e insubstituível**. **Confira o seu nome**.
2. Este caderno de provas **contém 100 questões**, todas com cinco **alternativas**. Para cada questão existe apenas **uma resposta certa**. O caderno de provas só será trocado se apresentar problema de impressão.
3. O caderno de provas **deverá ser devolvido** ao fiscal juntamente com o **cartão-resposta**.
4. O cartão-resposta apresenta um campo em que o candidato **deve assinar**. E será o único e definitivo documento para efeito de correção da Prova Preliminar.
5. Preencha o cartão-resposta na mesma seqüência das questões do caderno de provas (de nº 1 a nº 100). A resposta deve ser assinalada conforme instruções contidas no cartão-resposta. A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
6. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar certa. A **interpretação** das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
7. Durante a aplicação das provas **não** serão fornecidas quaisquer **informações acerca das questões apresentadas**. Caso queira manifestar o seu inconformismo, o candidato deverá **apresentá-lo em tempo hábil**, no Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça - andar térreo.
8. Na página de número 31, o candidato encontrará uma grade de respostas para anotar o seu gabarito. **Recorte-a e leve-a consigo**.
9. A duração da prova é de seis horas. A **saída do candidato** só será permitida após transcorrida uma hora do seu início. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova **deverão retirar-se da sala simultaneamente**.
10. O gabarito será **divulgado** no dia 11 de novembro, após as 16 horas, no *site* do Tribunal de Justiça **www.tj.sc.gov.br** ou na **Sala das Comissões**, 11º andar. O resultado **não** será fornecido por telefone.

Florianópolis, 9 de novembro de 2008.

A COMISSÃO

1ª Questão: Observe os enunciados com relação à acentuação gráfica:

- I. A legislação proíbe greves ambíguas, disse o videomaniaco.
- II. Havendo discordância entre o apresentante do título e eventual exigência do oficial, este último deverá suscitar a dúvida à juíza, a qual é competente para dirimi-la.
- III. Os autos do inventário não tem os elementos necessários à observância dos princípios da continuidade e da especialização, por isso vamos substituí-los.
- IV. Entender as rúbricas constantes no item abaixo convêm a todos.
- V. A heroína foi muito amável, só que usou os hifens indevidamente.

- a) Só estão corretas as proposições II, III e V.
- b) Só estão corretas as proposições II e IV.
- c) Só estão corretas as proposições II e V.
- d) Só estão corretas as proposições I, III e IV.
- e) Todas as proposições estão corretas exceto a I.

2ª Questão: De acordo com a norma culta e relativamente à concordância nominal, apenas uma das frases abaixo está **correta**:

- a) Ao meio-dia e meio o comércio fecha as portas.
- b) Fiquem menos desatentos e mais alerta!
- c) O Banco Central vai tornar público, no próximo ano, os investimentos feitos nessa área.
- d) Calcula-se que 40 milhões de pessoas não dispõem nem de metade da renda que seria necessário para uma alimentação de custo mínimo.
- e) As pessoas sentiram um orgulho de si mesmo que não possuíam desde JFK.

3ª Questão: Quanto à concordância verbal nos enunciados abaixo:

- I. Ritmo e alegria é o que não faltam.
- II. Critiquei a lista, pois dela não constavam os nomes que havíamos sugerido.
- III. Estão abertos dez cursos, podendo os interessados se matricularem em no máximo dois.
- IV. Perto de 90% das plantas industriais processa exclusivamente soja.

- a) Só está correta a proposição II.
- b) Só estão corretas as proposições I e III.
- c) Só está correta a proposição IV.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Todas as proposições contêm erro.

4ª Questão: No período “O Direito socorre a todos, menos a quem dorme”, o termo grifado funciona sintaticamente como:

- a) Objeto direto.
- b) Complemento nominal.
- c) Objeto indireto.
- d) Objeto direto preposicionado.
- e) Adjunto adnominal.

5ª Questão: Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas a seguir:

A cerimônia de ontem estava prevista para ___ 22 horas, mas só começou ___ uma da madrugada; de segunda ___ sexta-feira, milhares de pessoas se aglomeram para ver o foguete, espetáculo que é, ___ toda evidência, apenas um modo de dar impulso ao comércio e ___ indústria local.

- a) as – a – a – a – à
- b) às – à – a – a – à
- c) as – à – a – a – à
- d) às – à – à – à – à
- e) às – a – a – a – a

6ª Questão: Há sujeito indeterminado em:

- a) Não deve haver problemas com a sua contratação.
- b) Precisa-se de mais computadores no escritório.
- c) Dê-se ciência às partes da decisão.
- d) Alugam-se apartamentos.
- e) É preciso entrar com novo recurso.

7ª Questão: Aponte a frase em que a pontuação **NÃO** foi corretamente utilizada:

- a) A segurança, como libertação do risco, é, em parte, atingida pelos registros públicos.
- b) Refletir sobre os fenômenos que se expressam na sociedade, constituída também, para uma minoria, – e aqui nos referimos especificamente aos cegos, – é pensar como se processa a construção de estereótipos e estigmas.
- c) Pode-se admitir a nulidade do ato – sem que se cogite de má-fé do empregador, evidentemente – depois de decorridos, v.g., vinte anos.
- d) O Ministério Público, com base no inquérito policial incluso, ofereceu denúncia contra Josefino Silva e sua mulher, Josélia Silva, dando-os como incurso nas sanções da Lei 9.605/98.
- e) Em resumo, a inscrição no registro de imóveis da existência de ação judicial que possa acarretar a insolvência do devedor tem amparo legal no art. 167, I, nº 21, da Lei nº 6.015, de 1973.

8ª Questão: Assinale a alternativa que completa e dá sentido ao enunciado seguinte:

Coube à sua _____ agradecer a _____ do espaço onde se realizou o debate _____ da _____ onda de violência nas escolas.

- a) assessoria – cessão – acerca – incipiente
- b) acessoria – cessão – acerca – incipiente
- c) acessora – sessão – a cerca – incipiente
- d) assessoria – seção – há cerca – insipiente
- e) assessora – sessão – acerca – insipiente

9ª Questão: Há exemplo de oração subordinada em:

- a) Joana quer mudar seu sobrenome, todavia o nome de família é imutável.
- b) O prenome pode ser mudado; o nome de família não.
- c) Já que não pode mudar o nome de família, Joana permanecerá com ele.
- d) Quer mudar seu prenome; logo, deve procurar um cartório.
- e) Almeja mudar seu prenome bem como nulificar o sobrenome de casada.

10ª Questão: Indique o enunciado que traz colocação pronominal **INCORRETA**:

- a) O Código de Defesa do Consumidor, aplicável ao caso já que trata-se de relação de consumo, foi avocado diversas vezes pelo magistrado.
- b) A certidão lavrada pelo oficial de justiça dá conta de que ela se apresentou como representante legal da ré, aceitando a contrafé sem ressalva.
- c) Se seus pais não deixaram você se proteger e o criticaram quando você quis fazer isso, aí está a razão pela qual se tornou uma pessoa com medo excessivo de magoar os outros.
- d) Trata-se de petição inicial de ação pública movida pelo representante do Ministério Público e que se faz acompanhar dos seguintes documentos.
- e) O acusado admitiu que criava os passarinhos, caçava-os e depois os vendia.

11ª Questão: Todos os termos sublinhados exercem a função sintática de objeto direto, **EXCETO**:

- a) Além de não haver óbice à suscitação de dúvida inversa, tal assertiva é chancelada pelo artigo 5º da Constituição.
- b) Firmaram um contrato de prestação de serviços para a campanha da candidata.
- c) Descabe a aplicação da pena de confesso no caso.
- d) Uma resolução tentará padronizar critérios que os juízes devem considerar ao autorizarem escutas.
- e) Na avaliação de agentes do governo, não faz sentido isentar de impostos sobre a exportação as grandes empresas.

12ª Questão: Assinale a única alternativa que **NÃO** contém o vício de linguagem denominado barbarismo:

- a) Foram dispendidos todos os esforços no resgate da sua cōnjuge, o qual resultou bastante dispendioso.
- b) Quem se dispor a subir o morro, ganhará uma bela vista de Florianópolis.
- c) Os artesões têm procurado votar em pessoas que os representem. Se o senhor vir a ser um desses representantes, qual será o seu compromisso?
- d) Caso os rebeldes reavessem as armas que lhes foram tiradas, voltariam a atacar.
- e) Se esses cidadãos antevirem o futuro, ficarão milionários.

13ª Questão: Marque a alternativa que apresenta análise **INCORRETA** da oração sublinhada:

- a) O magistrado determinará as medidas provisórias que julgar adequadas. [oração subordinada adjetiva restritiva]
- b) Ele fará isso quando o direito da outra parte estiver ameaçado de lesão grave e de difícil reparação. [oração subordinada adverbial temporal]
- c) Caso se confirme a previsão, cancelaremos a passeata. [oração subordinada adverbial condicional]
- d) Tal distinção é despida de interesse operativo, conquanto seja importante no plano lógico. [oração subordinada adverbial causal]
- e) Argumentou que o Juízo *a quo* teria desrespeitado o disposto no art. 267 do CPC. [oração principal]

14ª Questão: Indique a única frase **correta** em termos de regência verbal, de acordo com a norma-padrão:

- a) Tenho medo de debates, prefiro perder do que cobrar uma dívida.
- b) Fulano está respondendo um processo por fraude.
- c) Nos bastidores do *SC Fashion Week*, evento que a atriz participou na quarta-feira, Flávia distribuiu sorrisos e autógrafos.
- d) Em 1898, Felipe Schmidt sucedeu a Hercílio Luz no governo de Santa Catarina.
- e) O magistrado vai finalmente receber a homenagem que sempre fez jus.

15ª Questão: Apenas uma das frases abaixo está **correta** no tocante à concordância verbal e nominal:

- a) Segue em anexo as faturas solicitadas em sua correspondência.
- b) Vende-se minifazenda, com casa-varanda e dois paióis, sito na Estrada dos Arrozaís nº 4082, neste município.
- c) No recurso especial nº 0.000, por ele relatado, é feita referência a essa tese.
- d) Até 1930 o município ocupou uma área territorial de 10.610 km; a partir daí, iniciou-se os desmembramentos do grande território, que deu origem a 42 novos municípios.
- e) Boa parcela dos genes teve seu funcionamento restaurado em virtude da exposição a um pó extraído de frutas vermelho-escuras.

16ª Questão: Assinale a única frase em que deveria ser usada uma vírgula **obrigatoriamente**:

- a) Cabe ao exequente provar que o terceiro adquirente tinha ciência do ônus que recaía sobre o bem.
- b) Nosso entendimento defluiu das regras da Lei nº 6.015/73 que determina a obrigatoriedade de serem feitos os registros das penhoras e os seqüestros de imóveis nesse caso.
- c) O reconhecimento da existência de fraude de execução na primeira alienação dependeria da prova de que a demanda reduziria os devedores à insolvência e de que o adquirente tinha motivo para saber da existência da ação.
- d) Cabe ao credor comprovar que o adquirente do bem sabia ou deveria saber da existência da demanda anteriormente formalizada e que a alienação reduziu o devedor à insolvência.
- e) O que o apelante pretende é reduzir o devedor à insolvência e viabilizar o desfazimento do negócio jurídico por "fraude à execução" com base no inciso II do art. 593 do Código de Processo Civil.

17ª Questão: Marque a alternativa que **NÃO** apresenta antonímia:

- a) dissenso - concordância
- b) abjeção - baixeza
- c) açodamento - morosidade
- d) inepto - capaz
- e) inusitado - comum

18ª Questão: Observe o uso da crase nos enunciados seguintes:

- I. A presente ação não visa somente à reintegração da posse ao Município, mas também ao pagamento dos valores em atraso.
- II. Se levado à efeito, o registro significará evidente parcelamento do solo ao arrepio da Lei 6.766/79, na medida em que não estamos diante de aquisição à título de propriedade comum.
- III. Observa-se à fls. 17 e 18 a presunção de certeza daqueles assentamentos.
- IV. A dúvida posta pelo registrador foi resolvida à luz dos elementos probatórios e da legislação em vigor.
- V. A suscitação de dúvida teve origem na negativa do serventuário em proceder à averbação determinada pelo Juiz.

- a) Só estão corretas as proposições III, IV e V.
- b) Só está correta a proposição IV.
- c) Só está correta a proposição V.
- d) Só estão corretas as proposições I, IV e V.
- e) Todas as proposições estão corretas exceto a II.

19ª Questão: Aponte a única alternativa que apresenta o vício de linguagem denominado solecismo:

- a) Dada a tempestade de granizo, o evento está sendo adiado.
- b) Decidiu-se que a quantia devida ao Fisco tem de ser paga imediatamente.
- c) Dizem elas que assistem muitas vezes a filmes de terror.
- d) Estarão registrando o seu ufanismo numa pintura verde-amarela.
- e) Os malotes costumam chegar no Fórum pontualmente às 19 horas.

20ª Questão: Assinale a alternativa em que o significado da palavra destacada **NÃO** foi corretamente apontado:

- a) Disse que só aceitaria coligação com candidatos oriundos de partidos conspícuos. [respeitáveis]
- b) Qualquer dente pode ser doado, seja ele hígido, restaurado ou cariado. [sadio]
- c) A Lei 11.441/07 permite a separação do casal feita extrajudicialmente, por escritura pública, desde que só envolva pessoas maiores e capazes; discute-se, porém, se a iniciativa é facultativa do casal ou obrigatória. Como essa imposição não ficou consignada na lei, a facultatividade continua hígida. [firme]
- d) Fez uma crítica acerba à intenção do governo de extrair petróleo do pré-sal. [branda]
- e) Sua vinda ao Brasil é uma demonstração cabal de que foram superadas as divergências políticas entre os dois países. [plena]

21ª Questão: NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Presidente do Senado Federal.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Oficial das Forças Armadas.
- e) Presidente da Câmara dos Deputados.

22ª Questão: A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como princípios fundamentais:

- a) A dignidade da pessoa humana, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a prevalência dos direitos humanos.
- b) A soberania, o pluralismo político, a igualdade entre os Estados, a cidadania, a dignidade da pessoa humana.
- c) A cidadania, a dignidade da pessoa humana, a soberania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
- d) A prevalência dos direitos humanos, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político.
- e) A soberania, a cidadania, a redução das desigualdades regionais e sociais, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.

23ª Questão: Compete privativamente à Câmara dos Deputados, nos termos da Constituição:

- a) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- b) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.
- c) Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de Governador de Território, Presidente e diretores do Banco Central e Procurador-Geral da República.
- e) Eleger membros do Conselho da República, nos termos do artigo 89, inciso VII.

24ª Questão: Segundo dispõe a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Seguridade social, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, registros públicos, trânsito e transporte, propaganda comercial.
- b) Educação, cultura, ensino e desporto, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, registros públicos, trânsito e transporte, previdência social, proteção e defesa da saúde.
- c) Proteção à infância e à juventude, registros públicos, trânsito e transporte, propaganda comercial, seguridade social.
- d) Jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, propaganda comercial, seguridade social, registros públicos, juntas comerciais.
- e) Propaganda comercial, produção e consumo, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, registros públicos, trânsito e transporte.

25ª Questão: Sobre a lei complementar e a lei ordinária, é **correto** afirmar que:

- a) A aprovação de lei complementar requer quórum qualificado de instalação da sessão de votação e também qualificado para aprovação.
- b) Distinguem-se apenas pelo quórum de aprovação, sendo comuns a ambas as matérias atribuídas pela Constituição da República.
- c) Diferem no quórum de aprovação.
- d) Distinguem-se apenas pelas matérias de que tratam, tendo em comum o quórum de aprovação.
- e) A iniciativa de lei complementar é privativa dos chefes dos Poderes.

26ª Questão: Sobre a intervenção da União nos Estados, é **correto** afirmar:

- a) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a intervenção dependerá de requisição do respectivo tribunal de justiça estadual.
- b) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo máximo de 48 horas, para apreciar o decreto de intervenção.
- c) É admitida quando for necessária para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- d) Depende de decreto assinado pelo chefe do Poder Executivo e será sempre submetida à apreciação do respectivo órgão do legislativo, que poderá ou não referendá-la.
- e) Tratando-se de representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, não sendo admitida nesses casos, em hipótese alguma, outra medida.

27ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Ao Poder Legislativo é vedado apresentar emendas em projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- b) Ao Poder Legislativo é permitido tomar a iniciativa de Emenda Constitucional dispondo sobre regime jurídico dos servidores públicos.
- c) Os Estados não detêm competência concorrente para legislar sobre registros públicos.
- d) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.
- e) O veto do Presidente da República a projeto de lei só pode ser rejeitado pelo voto de dois terços dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

28ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) O Superior Tribunal de Justiça detém competência para processar o Governador do Estado nos crimes de responsabilidade.
- b) Ao Tribunal de Justiça compete julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição da República.
- c) Compete tão-somente ao Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Governador do Estado.
- d) A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário lhe confere personalidade jurídica.
- e) O Procurador Geral de Justiça do Estado detém legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual perante o Supremo Tribunal Federal.

29ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O Presidente e o Vice-Presidente da República não podem, sem prévia licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País, sob pena de perda do cargo.
- b) Conforme o Supremo Tribunal Federal, a sanção do Chefe do Poder Executivo afasta a inconstitucionalidade da lei por vício de iniciativa.
- c) Sempre que ocorrer a vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente será convocada eleição para a escolha dos sucessores.
- d) O Presidente da República poderá editar medidas provisórias sobre qualquer matéria desde que atendidos os pressupostos da relevância e da urgência.
- e) Nos afastamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República assume a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados.

30ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Todas as ilhas fluviais e lacustres pertencem à União.
- b) As leis complementares serão aprovadas pelo voto de dois terços dos parlamentares.
- c) Compete exclusivamente à União legislar sobre custas dos serviços forenses.
- d) A lei penal pode retroagir.
- e) O voto é facultativo para os analfabetos, para os maiores de 16 e os menores de 18 anos, e para os maiores de 65 anos de idade.

31ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os princípios que norteiam o Direito Administrativo brasileiro, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade, eficiência, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público, visam sempre à supremacia do interesse público sobre o particular.
- b) No âmbito do Direito Administrativo, é possível a inversão do princípio da legalidade, se a parte beneficiária for pessoa jurídica considerada sem fins lucrativos, pois o administrador pode, nesse caso, dispor dos interesses públicos confiados à sua guarda em benefício do bem-estar social.
- c) À Administração Pública é facultada a autotutela de seus atos, decorrente do princípio da legalidade, pois, uma vez que está sujeita à lei, cabe-lhe o controle da legalidade, podendo, inclusive, zelar pelos bens que integram o seu patrimônio, sem necessitar de título fornecido pelo Poder Judiciário, exercendo a polícia administrativa contra os atos que ponham em risco a conservação desses bens.
- d) O princípio da publicidade, que está inserido no artigo 37 da Constituição da República, exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- e) O princípio da eficiência está previsto na Constituição da República como um dos princípios norteadores da Administração Pública.

32ª Questão: É obrigação do Poder Público, através de seus administradores, contratar obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações com pessoa física ou jurídica:

- a) Observada a idoneidade do fornecedor, mediante consulta aos seus antecedentes processuais.
- b) Mediante simples procedimento de consulta a órgãos de defesa do consumidor, visando o interesse público e o melhor preço.
- c) Mediante convite enviado às pessoas que já tiverem efetuado outras obras para a Administração, visando o interesse público e o melhor preço.
- d) Necessariamente mediante procedimento judicial, com a citação de todos os interessados no certame.
- e) Necessariamente mediante prévia licitação, excetuadas as hipóteses previstas em lei.

33ª Questão: De acordo com o disposto na Constituição da República, é **correto** afirmar:

- a) O servidor público estável não perderá o cargo efetivo em nenhuma hipótese, pois o conquistou por meio de concurso público de notas e títulos, de caráter vitalício.
- b) O servidor público estável perderá o cargo efetivo por sentença judicial proferida em segunda instância, por Tribunal competente, em que lhe tiver sido assegurada ampla defesa, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) O servidor aprovado em concurso público e nomeado para cargo de provimento efetivo será considerado estável após cinco anos de exercício e perderá o cargo em casos de abuso do poder econômico, mediante regular processo administrativo.
- d) O servidor público estável perderá o cargo efetivo nos seguintes casos: 1) por sentença judicial transitada em julgado; 2) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; 3) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- e) O servidor público estável perderá o cargo efetivo nos seguintes casos: 1) por sentença judicial proferida em segundo grau; 2) por abuso do poder econômico; 3) por decisão administrativa da autoridade ocupante de cargo imediatamente superior ao que detenha, assegurada ampla defesa.

34ª Questão: No âmbito do Direito Administrativo é **correto** afirmar:

- a) A Administração Pública, mesmo no uso do denominado poder de polícia e observado o princípio da legalidade, não pode obrigar os particulares a praticar os atos que determinar, por meio de regulamentos ou portarias.
- b) O poder de polícia é atividade inerente à Administração Pública, desempenhada por órgão competente, sem necessidade de observância dos princípios constitucionais.
- c) O poder de polícia da Administração Pública é aquele exercido exclusivamente pelos policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais, no desempenho das atribuições de seus cargos.
- d) O poder de polícia não se enquadra entre os poderes atribuídos à Administração Pública.
- e) A Administração Pública é dotada de poder de polícia que pode ser definido, em sentido amplo, como aquele correspondente à atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos.

35ª Questão: Analise as proposições abaixo à luz das regras do Direito Administrativo brasileiro:

- I. O administrador público pode realizar somente o que está na lei.
- II. O administrador privado pode realizar tudo o que a lei não vede.
- III. O administrador público possui poderes administrativos que visam atender ao interesse público.
- IV. O administrador público deve, em regra, estar adstrito aos princípios administrativos e constitucionais na prática dos atos de sua competência.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente a proposição III está correta.
- b) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Apenas as proposições II e III estão corretas.

36ª Questão: Assinale a afirmativa **correta**:

- a) A citação pelo correio pode ser utilizada em qualquer tipo de ação.
- b) O foro de residência da mulher é competente para a ação de separação dos cônjuges.
- c) Os atos processuais serão sempre públicos.
- d) A citação será efetuada em qualquer lugar em que se encontre o réu.
- e) Se o oficial de justiça por duas vezes não encontrar o réu em seu domicílio ou residência, promoverá a citação por hora certa.

37ª Questão: De acordo com o Código de Processo Civil em vigor:

- I. Há continência entre duas ou mais ações quando lhes é comum o objeto ou a causa de pedir.
- II. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- III. A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.
- IV. O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição I está incorreta.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) As proposições I e IV estão incorretas.

38ª Questão: Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

São títulos executivos extrajudiciais:

- a) O cheque, a duplicata, a nota promissória e a escritura pública assinada pelo devedor.
- b) A duplicata e o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
- c) A letra de câmbio, a duplicata, a nota promissória, a debênture e o cheque.
- d) Os contratos garantidos por hipoteca, penhor e anticrese bem como os de seguro de vida.
- e) A letra de câmbio, a duplicata e o documento particular assinado pelo devedor.

39ª Questão: É **INCORRETO** afirmar que o representante do Ministério Público:

- a) Será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.
- b) Intervindo como fiscal da lei, terá vista dos autos depois das partes.
- c) Só intervirá nas causas em que há interesses de incapazes e nas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
- d) Deverá ser intimado quando for obrigatória sua intervenção, sob pena de nulidade do processo.
- e) Intervindo como fiscal da lei, poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

40ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A apelação será recebida no efeito suspensivo quando interposta de sentença que condenar à prestação de alimentos.
- II. A apelação será recebida no efeito devolutivo quando rejeitar liminarmente os embargos à execução ou julgá-los improcedentes.
- III. Das decisões interlocutórias caberá agravo no prazo de dez dias.
- IV. Não se conhecerá do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo tribunal.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) As proposições III e IV estão corretas.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) As proposições I e III estão corretas.
- e) Só a proposição II está incorreta.

41ª Questão: Em relação aos crimes de apropriação indébita previstos no Código Penal, é **correto** afirmar:

- a) O delito tipificado no art. 168-A (apropriação indébita previdenciária) admite a modalidade tentada.
- b) Apenas para a modalidade previdenciária é possível o perdão judicial.
- c) A apuração do ilícito de apropriação indébita previsto no art. 168, em qualquer hipótese, independe de eventual ação civil de prestação de contas.
- d) O agente que se apropria de pensão do idoso, dando-lhe aplicação diversa de sua finalidade, pratica o crime de apropriação indébita (art. 168).
- e) O saque de valor sabidamente creditado por engano em conta bancária não caracteriza o crime de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza (art. 169).

42ª Questão: Relativamente aos crimes contra o estado de filiação, assinale a alternativa **correta**:

- a) Pratica o crime previsto no parágrafo único do art. 242 do Código Penal (supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido) quem, mesmo que por motivo nobre, registra em nome próprio filho de outrem.
- b) A conduta de “promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente”, disposta no art. 241 do Código Penal, admite a forma culposa como elemento subjetivo do tipo.
- c) Uma das formas de transgressão da tipificação descrita no art. 242 do Código Penal consiste na prática do “parto suposto”, isto é, “dar parto próprio como alheio”.
- d) Comete o ilícito penal de sonegação de estado de filiação aquele que deixa em asilo de expostos ou outra instituição de assistência filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, mesmo que inexista a vontade de prejudicar direito inerente ao estado civil.
- e) Os crimes contra o estado de filiação, previstos nos arts. 241, 242 e 243 do Código Penal, são todos de ação penal pública incondicionada e não admitem a modalidade tentada.

43ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O Código Penal, em relação ao delito de falsificação de selo ou sinal público, prevê uma circunstância de aumento de pena aplicável ao agente que é funcionário público, ainda que cometa o crime sem se prevalecer do cargo que exerça.
- b) O agente que altera documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal deve responder pelo crime de falsificação de documento particular.
- c) Pratica a modalidade privilegiada do delito de falsificação de moedas quem, sem fabricá-la ou alterá-la, introduz moeda falsa, por conta própria ou alheia, na circulação.
- d) O agente que reconhece, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja, comete crime contra a fé pública e, independentemente de o documento ser público ou particular, sujeita-se a idêntica pena.
- e) Para a caracterização do delito de falsidade ideológica, é imprescindível a demonstração de que o agente possuía a intenção de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

44ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Comete o crime de prevaricação o médico conveniado com o SUS - Sistema Único de Saúde que exige pagamento indevido para efetuar cirurgia.
- b) São crimes contra a Administração Pública: resistência, desacato e tráfico de influência.
- c) O delito de corrupção passiva depende sempre, para sua consumação, de resultado.
- d) Pratica o crime de peculato-furto, previsto no art. 312, § 1º, do Código Penal, o titular de escrivanía de paz que se apropria dos valores destinados ao pagamento do imposto de transmissão de bens imóveis.
- e) Aquele que presta a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime pratica o delito de favorecimento pessoal.

45ª Questão: Para caracterização do crime de falsificação de papéis públicos, previsto no art. 293 do Código Penal, podemos dizer que não pode ser considerado como papel público:

- a) Papel-moeda de curso legal.
- b) Passe de empresa de transporte administrada pelo município.
- c) Vale postal.
- d) Cautela de penhor da Caixa Econômica Federal.
- e) Selo destinado a controle tributário.

46ª Questão: São impostos da competência dos municípios:

- a) ITBI (imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição) e ISQN (imposto sobre serviço de qualquer natureza).
- b) ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), IPTU (imposto predial e territorial urbano) e ITBI.
- c) IPTU e ITR (imposto sobre propriedade territorial rural).
- d) ITCMD (transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos) e ISQN.
- e) ISQN e IPVA (imposto sobre propriedade de veículos automotores).

47ª Questão: No que se refere à taxa, é **INCORRETO** afirmar:

- a) É um tributo vinculado.
- b) Somente pode ser instituída pelos municípios.
- c) Os municípios não detêm total autonomia para definir sua base de cálculo.
- d) Possui como características a especificidade e a divisibilidade.
- e) Não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

48ª Questão: Em relação a imunidades e isenções tributárias, assinale a alternativa **correta**:

- a) Não incide IPTU sobre imóvel de propriedade de partido político.
- b) A imunidade pode ser concedida por decreto do prefeito, desde que autorizado pela Câmara de Vereadores.
- c) Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que concedem isenção tributária.
- d) Os Estados detêm total autonomia para conceder isenção de ICMS.
- e) O princípio da igualdade tributária (CR, art. 150, II) impede a concessão de isenção de IPTU a grupos determinados de pessoas.

49ª Questão: Sobre o ISQN é **correto** afirmar:

- a) É imposto compartilhado entre estados e municípios.
- b) O município detêm total autonomia para instituir as hipóteses de incidência.
- c) A alíquota do ISQN não poderá ser superior a 5% do preço do serviço.
- d) Sob pena de extinção do crédito tributário, o município tem prazo de cinco anos para inscrever em dívida ativa o ISQN não pago.
- e) Incide sobre a prestação de serviços de telecomunicação.

50ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Os Estados e Municípios não podem legislar sobre decadência e prescrição no tocante aos tributos de sua competência.
- b) A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo da obra pública.
- c) *Fato gerador* é a expressão que designa o fenômeno previsto em lei como passível de tributação.
- d) Somente créditos de natureza tributária podem ser inscritos em dívida ativa.
- e) As disposições do Código de Processo Civil não se aplicam às execuções fiscais.

51ª Questão: Sobre os sonegados, é **correto** afirmar que:

- a) Em inventário entre capazes, a pena de sonegados só se pode requerer e impor em ação movida pelos herdeiros, pelos credores da herança e, subsidiariamente, pelo Ministério Público.
- b) Não sendo restituídos os bens sonegados, por já não os ter o sonegador em seu poder, pagará ele, em dobro, a importância dos valores que ocultou, mais perdas e danos.
- c) O herdeiro que omitir bens na colação perderá o direito à herança.
- d) Só é possível argüir de sonegação o inventariante depois de encerrada a descrição dos bens, com a declaração, feita por ele, de não existirem outros por inventariar e partir.
- e) Caso o sonegador seja o próprio inventariante, poderá ser removido, sem perder, no entanto, o direito que sobre os bens sonegados lhe cabia.

52ª Questão: Sobre o regime de bens, é **correto** afirmar:

- a) É admissível alteração do regime de bens mediante escritura pública, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
- b) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento de pessoa maior de 65 anos e daqueles que dependem de suprimento judicial.
- c) O cônjuge que estiver na posse dos bens particulares do outro será para com este, e seus herdeiros, responsável como procurador se não for usufrutuário nem depositário.
- d) A decretação de invalidade dos atos praticados sem outorga uxória, sem consentimento, ou sem suprimento do juiz, somente poderá ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la.
- e) Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos.

53ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O casamento religioso que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil equipara-se a este a partir do registro em livro próprio.
- b) A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei.
- c) O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas no Código Civil/2002, somente terá efeitos civis após o respectivo suprimento judicial e registro em livro próprio.
- d) O casamento é considerado realizado no momento em que o homem e a mulher manifestarem, perante o juiz e, no mínimo, três testemunhas, a sua vontade de estabelecerem vínculo conjugal.
- e) Concedida a autorização para casamento de menores de 16 anos, não mais poderá ser ela revogada.

54ª Questão: Sobre o bem de família civil, é **correto** afirmar:

- a) O bem de família consistirá em prédio residencial urbano ou rural, destinando-se, em ambos os casos, a domicílio familiar, e não poderá abranger valores mobiliários.
- b) A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família, salvo quando, em caso de morte, o cônjuge sobrevivente optar em mantê-lo.
- c) O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, com a única exceção daquelas provenientes dos tributos relativos ao prédio.
- d) O bem de família, quer instituído pelos cônjuges ou por terceiro, constitui-se pelo registro de seu título no Registro de Imóveis.
- e) Comprovada a impossibilidade de manutenção do bem de família nas condições em que foi instituído, poderá o juiz, a requerimento de qualquer interessado, independentemente da ouvida do instituidor, extinguir-lo, como também autorizar a sub-rogação dos bens.

55ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O usufrutuário pode usufruir do prédio em pessoa, ou mediante arrendamento, com a possibilidade, inclusive, de alterar a sua destinação econômica, independentemente da autorização do proprietário.
- b) Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ser cedido por título gratuito ou oneroso.
- c) O usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- d) O usufruto de imóveis, mesmo quando resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- e) Os frutos civis vencidos na data inicial do usufruto pertencem ao usufrutuário; e os vencidos na data em que cessa o usufruto, ao proprietário.

56ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**, levando-se em consideração os dispositivos do Código Civil brasileiro atinentes à personalidade e à capacidade:

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: os maiores de 16 e menores de 18 anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, e os pródigos.
- c) A menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- d) Cessará, para os menores, a incapacidade: pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau em curso de ensino médio; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- e) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, porém a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

57ª Questão: No Direito das Obrigações, em relação às disposições gerais do contrato, é **correto** afirmar:

- a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável à parte economicamente mais forte.
- b) A herança de pessoa viva poderá ser objeto de contrato, desde que devidamente registrado no Cartório competente.
- c) O devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou de força maior, quais sejam, aqueles cujos efeitos não tenha sido possível evitar ou impedir, mesmo que conste disposição expressa em contrário no contrato firmado entre as partes.
- d) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato, devendo os contratantes guardar, tanto na conclusão do contrato como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- e) A liberdade de contratar é plena entre os contratantes, pois o acordo faz lei entre as partes.

58ª Questão: Em relação ao domicílio da pessoa natural, é **correto** afirmar:

- a) Se a pessoa natural tiver mais de uma residência, onde viva alternadamente, considerar-se-á seu domicílio apenas aquela onde passe o maior período do ano.
- b) Considera-se domicílio da pessoa natural o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- c) O lugar onde a pessoa natural exerce a profissão, se for diverso daquele onde reside, não pode ser considerado como seu domicílio, mesmo que para as relações concernentes à profissão.
- d) O servidor público e o militar têm seu domicílio necessário no local onde residem, mesmo que diverso daquele onde respectivamente exerça sua função ou preste o serviço.
- e) Nos contratos escritos, os contratantes não poderão especificar o domicílio onde serão exercitados e cumpridos os direitos e obrigações deles resultantes.

59ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação ao direito de propriedade, previsto nos arts. 1.128 e seguintes do Código Civil brasileiro:

- a) O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- b) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais, sem restrição.
- c) O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social.
- d) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- e) O proprietário pode ser privado da coisa, por requisição, em caso de perigo público iminente.

60ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, de acordo com as disposições contidas nos arts. 79 a 81 do Código Civil brasileiro:

- a) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados móveis, para os efeitos legais.
- b) As edificações que forem separadas do solo, mas conservarem a sua unidade e forem removidas para outro local, serão consideradas bens móveis.
- c) O direito à sucessão aberta é tido como bem de natureza móvel, para os efeitos legais.
- d) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, perdem o caráter de bem imóvel.
- e) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

61ª Questão: A respeito de títulos de crédito, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Em nenhuma hipótese o emitente de um cheque ou nota promissória pode opor ao portador endossatário todas as exceções que poderia opor contra o endossante.
 - II. Para a execução de uma duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, é necessário o protesto por indicação e a comprovação hábil da remessa da mercadoria.
 - III. O aval pode ser dado no cheque, na sua parte anterior ou face; no verso, quando a assinatura é antecedida de expressões como “por aval” ou “em aval de”, ou outras equivalentes; ou ainda em folha anexa, mesmo que esta não circule juntamente com o cheque.
 - IV. Se, numa nota promissória, a importância estiver escrita mais de uma vez e apenas por extenso, ou apenas em algarismos, havendo divergência, valerá a importância menor.
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - b) Somente a proposição III está correta.
 - c) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - d) Somente a proposição II está correta.
 - e) Somente a proposição IV está correta.

62ª Questão: Tendo em vista a nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falência (Lei nº 11.101, de 9-2-2005), observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Sujeitam-se e podem se beneficiar da nova Lei as sociedades rurais que, observadas as formalidades do art. 968 do Código Civil, estejam inscritas no Registro de Empresa.
- II. Está sujeito à falência o devedor que não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse 20 salários mínimos na data do pedido de falência.
- III. As despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial e na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor, não são exigíveis na recuperação judicial e na falência.
- IV. O pagamento aos credores do falido, depois de liquidados os créditos extraconcursais e feitas as restituições devidas, deve ser iniciado, qualquer que seja o valor individual por credor, pelos créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente a proposição IV está incorreta.
- e) Todas as proposições estão corretas.

63ª Questão: De acordo com as regras a respeito do Direito de Empresa no novo Código Civil, observadas as proposições abaixo, é **correto** afirmar:

- I. As pessoas em pleno gozo da capacidade civil e que não forem legalmente impedidas podem exercer a atividade de empresário; poderá o incapaz, contudo, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, ou exercida por seus pais ou pelo autor da herança.
- II. Qualquer que seja o regime de bens, é permitido aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros; todavia, o empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa, ou gravá-los de ônus real.
- III. Para que a sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário possa ser oposta a terceiros, deve ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.
- IV. A aquisição da personalidade jurídica de uma sociedade ocorre com a inscrição dos seus atos constitutivos no registro próprio e na forma da lei; enquanto não inscritos, e exceto naquelas por ações em organização, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

64ª Questão: A respeito das sociedades anônimas, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Para sua constituição, todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto devem ser subscritas por no mínimo duas pessoas.
- II. No mínimo 10% do preço de emissão das ações deve ser realizado em dinheiro, e todo o valor dessa forma realizado deve ser depositado em estabelecimento bancário autorizado.
- III. A constituição pode ser por subscrição pública ou particular, exigindo-se, no primeiro caso, o prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- IV. A constituição por subscrição particular somente pode ser feita mediante escritura pública, e nenhuma companhia poderá funcionar sem que sejam arquivados e publicados seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

65ª Questão: A respeito dos contratos mercantis, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A compra e venda mercantil é aquela realizada entre dois empresários, tendo por objeto uma mercadoria e por finalidade a sua circulação.
- II. Na comissão mercantil, uma das partes (comissário) se obriga a praticar atos por conta e em nome da outra (comitente).
- III. No mútuo bancário, o limite máximo da taxa de juros é aquela prevista pelo Código Civil de 2002.
- IV. No seguro empresarial, o segurado é invariavelmente empresário e a garantia pretendida com o contrato recai sobre um insumo para a empresa.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

66ª Questão: Em relação à usucapião especial de imóvel urbano, é **correto** afirmar:

- a) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até 360 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- b) O possuidor não pode, para o fim de contar o prazo exigido por lei, acrescentar sua posse à de seu antecessor, mesmo que ambas sejam contínuas.
- c) O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, excetuando-se as despesas perante o cartório de registro de imóveis.
- d) Na pendência da ação de usucapião especial urbana não ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
- e) Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

67ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- b) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.
- c) Todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- d) O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo praticar os atos necessários à sua efetivação.
- e) É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do governo federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto, do Presidente da República.

68ª Questão: A respeito dos contratos agrários, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A alienação do imóvel não interrompe a vigência dos contratos de arrendamento ou de parceria, ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante.
- II. No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de preempção dentro de 60 dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.
- III. O arrendatário a quem não se notificar a venda poderá, depositando o preço, haver para si o imóvel arrendado, se o requerer no prazo de três meses, a contar do ato de alienação no Registro de Imóveis.
- IV. Em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos 30 dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição I está correta.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

69ª Questão: A respeito dos condomínios e incorporações, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Far-se-á o registro da Convenção de Condomínio no Registro de Títulos e Documentos, bem como a averbação das suas eventuais alterações.
- II. Os Oficiais de Registro de Imóveis terão 15 dias para apresentar, por escrito, todas as exigências que julgarem necessárias ao arquivamento da documentação indispensável à incorporação; satisfeitas as referidas exigências, terão o prazo de 15 dias para fornecer certidão relacionando os documentos apresentados e para devolver, autenticadas, as segundas vias, com exceção dos documentos públicos.
- III. O Oficial de Registro de Imóveis responde civil e criminalmente se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos para o registro da incorporação.
- IV. O registro da incorporação será válido pelo prazo de 90 dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação a que se refere o artigo 32 da Lei nº 4.591/64, revalidando o registro por igual prazo.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e II estão corretas.

70ª Questão: Considerando a Lei das Sociedades Anônimas, assinale a alternativa **correta**:

- a) Não compete ao registro do comércio verificar se as prescrições legais foram observadas na constituição da companhia e se no estatuto existem cláusulas contrárias à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- b) A sociedade anônima deverá compor nome empresarial por meio de firma.
- c) A constituição da companhia independe da subscrição das ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- d) A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas apenas entre sociedades de tipos iguais e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.
- e) A transformação – operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para o outro – obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.

71ª Questão: Acerca da temática envolvendo direito ambiental (reserva legal, área de preservação permanente e demais restrições à propriedade), assinale a alternativa **correta**:

- a) Nos termos do inciso III do § 2º do art. 1º do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), inserido pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, entende-se por Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, incluída, em regra, a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.
- b) Consoante disciplina o § 8º do art. 16 da Lei nº 4.771, de 1965, inserido pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, a área de Reserva Legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, sendo permitida a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas no Código Florestal.
- c) É possível a instituição de Reserva Legal em regime de condomínio entre mais de uma propriedade, desde que respeitado o percentual legal em relação a cada imóvel, mediante a aprovação do órgão ambiental estadual competente e as devidas averbações referentes a todos os imóveis envolvidos.
- d) De acordo com o § 9º do art. 16 da Lei nº 4.771, de 1965, inserido pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, a averbação da Reserva Legal é sempre gratuita, incumbindo ao Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário.
- e) A localização da Reserva Legal deve ser aprovada conjuntamente pelos órgãos ambientais federal, estadual e municipal, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver: I - o plano de bacia hidrográfica; II - o plano diretor municipal; III - o zoneamento ecológico-econômico; IV - outras categorias de zoneamento ambiental; e V - a proximidade com outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

72ª Questão: No que se refere à lei que institui a Cédula de Produto Rural (Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994), é **correto** afirmar:

- a) Podem ser objeto de hipoteca cédular os imóveis rurais, porém não os urbanos.
- b) A garantia cédular da obrigação poderá consistir em hipoteca, penhor, alienação fiduciária e anticrese.
- c) A descrição dos bens vinculados em garantia pode ser feita em documento à parte, assinado pelo emitente, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância.
- d) O emitente da cédula, cuidando-se de penhor constituído por terceiro, responderá subsidiariamente com o empenhador pela guarda e conservação dos bens.
- e) A não-identificação dos bens objeto de alienação fiduciária retira a eficácia da garantia, que poderá incidir sobre outros do mesmo gênero, qualidade e quantidade, de propriedade do garante.

73ª Questão: Relativamente à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe, entre outros, sobre o regime especial tributário do patrimônio de afetação e letra de crédito imobiliário, é **correto** afirmar:

- a) O crédito imobiliário caucionado não poderá ser substituído por outro crédito, ainda que da mesma natureza.
- b) A Letra de Crédito Imobiliário será emitida sob a forma nominativa e não será transferível mediante endosso em preto.
- c) A critério do devedor, poderá ser dispensada a emissão de certificado, devendo a Letra de Crédito Imobiliário sob a forma escritural ser registrada em sistemas de registro e liquidação financeira de títulos privados autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- d) O endossante da Letra de Crédito Imobiliário responderá pela veracidade do título, mas contra ele não será admitido direito de cobrança regressiva.
- e) A Letra de Crédito Imobiliário poderá ter prazo de vencimento superior ao prazo do crédito imobiliário que lhe serve de lastro.

74ª Questão: No tocante ao Sistema Financeiro Imobiliário e à alienação fiduciária de coisa móvel (Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997), é **correto** afirmar:

- a) A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no Sistema Financeiro Imobiliário, podendo ter como objeto, além da propriedade plena, o direito real de uso, desde que não suscetível de alienação.
- b) A alienação fiduciária regulada pela Lei nº 9.514/97 é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel.
- c) Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. No caso de purgação da mora, o oficial do Registro de Imóveis, nos dez dias seguintes à purgação da mora, entregará ao fiduciário as importâncias recebidas, deduzidas as despesas de cobrança e de intimação.
- d) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor indireto e o fiduciário possuidor direto da coisa imóvel.
- e) No prazo de 30 dias a contar da data de liquidação da dívida, o fiduciário fornecerá o respectivo termo de quitação ao fiduciante, sob pena de multa em favor deste, equivalente a 2% ao mês, ou fração, sobre o valor do contrato.

75ª Questão: Em relação à separação e ao divórcio consensuais é **correto** afirmar:

- a) Deverão ser realizados somente por determinação judicial, provocada através de petição fundamentada, de que conste descrição e partilha dos bens do casal, disposições sobre pensão alimentícia, retomada pelo cônjuge do nome de solteiro ou manutenção do nome de casado, mesmo que todos os filhos sejam maiores e capazes.
- b) Poderão ser realizados por escritura pública, mesmo que o casal tenha filhos menores ou incapazes, devendo constar da escritura informações sobre a partilha dos bens, pensão alimentícia e disposições sobre a retomada pelo cônjuge do nome de solteiro ou manutenção do nome de casado, sendo necessário, ainda, para que o tabelião lavre a escritura, que o casal esteja acompanhado de um advogado comum ou advogado de cada um dos contratantes.
- c) Deverão ser realizados somente por escritura pública, mesmo que o casal tenha filhos menores ou incapazes, devendo constar da escritura informações sobre a partilha dos bens, pensão alimentícia e disposições sobre a retomada pelo cônjuge do nome de solteiro ou manutenção do nome de casado, sendo desnecessário, para que o tabelião lavre a escritura, que o casal esteja acompanhado de advogado.
- d) Poderão ser realizados por acordo expresso em documento particular, desde que tenha suas firmas reconhecidas em Cartório, que haja sido redigido com assistência de advogado, e seja registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, devendo constar a descrição e partilha dos bens do casal, disposições sobre pensão alimentícia, guarda dos filhos e retomada pelo cônjuge do nome de solteiro ou manutenção do nome de casado, sendo os filhos maiores e capazes.
- e) Poderão ser realizados por escritura pública, desde que o casal não tenha filhos menores ou incapazes, devendo constar da escritura informações sobre a partilha dos bens, pensão alimentícia e disposições sobre a retomada pelo cônjuge do nome de solteiro ou manutenção do nome de casado, sendo necessário, ainda, para que o tabelião lavre a escritura, que o casal esteja acompanhado de um advogado comum ou advogado de cada um dos contratantes.

76ª Questão: Ao deparar-se com pedido de registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial deverá:

- a) Efetuar o registro, dele remetendo ao juiz certidão integral e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada a procedência da alegação, não fazendo qualquer referência à natureza da filiação.
- b) Efetuar o registro, dele fazendo constar a natureza da filiação, remetendo ao Conselho Tutelar certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada a procedência da alegação.
- c) Efetuar o registro, dele fazendo constar a natureza da filiação, e orientar a mãe para que procure um advogado para ingressar com a devida ação de investigação de paternidade.
- d) Efetuar o registro, sem dele fazer constar qualquer referência à natureza da filiação, e orientar a mãe para que procure o Conselho Tutelar de sua cidade ou um advogado para ingressar com a ação de investigação de paternidade.
- e) Negar-se a fazer o registro da criança, pois é obrigatório, pelas leis brasileiras, que conste nome de pai e mãe no registro, nos livros e nos demais assentamentos do cartório.

77ª Questão: Indique a alternativa em que a legislação brasileira reconhece a união estável como entidade familiar, desde que haja convivência duradoura, pública e contínua:

- a) De um homem e uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família, sendo os bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes na constância da união estável e a título oneroso considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.
- b) De pessoas de qualquer sexo, estabelecida com o objetivo de constituição de família, sendo os bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes na constância da união estável e a título oneroso considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.
- c) De um homem e uma mulher, mesmo que estabelecida sem o objetivo de constituição de família, sendo os bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes na constância da união estável e a título oneroso considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.
- d) De um homem e uma mulher, por mais de dez anos, mesmo que estabelecida sem o objetivo de constituição de família, sendo os bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes na constância da união estável e a título oneroso considerados de propriedade única daquele em cujo nome tiver sido adquirido, mesmo sem qualquer estipulação em contrato escrito.
- e) De pessoas de qualquer sexo, por mais de dez anos, mesmo que estabelecida sem o objetivo de constituição de família, sendo os bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes na constância da união estável e a título oneroso considerados de propriedade única daquele em cujo nome tiver sido adquirido, ainda que sem qualquer estipulação em contrato escrito.

78ª Questão: Na Escritura Pública de Venda e Compra de imóvel urbano em que caso poderá o Notário fazer constar somente o número da matrícula do Registro Imobiliário, a completa localização do bem imóvel, logradouro, número, bairro, cidade e Estado?

- a) Quando houver concordância das partes contratantes.
- b) Somente com autorização judicial.
- c) Quando o traslado da escritura de venda e compra for entregue à parte adquirente acompanhado do traslado da escritura relativa à aquisição anterior feita pelo vendedor.
- d) Em nenhuma hipótese, uma vez que é compulsória a descrição e caracterização do imóvel transacionado.
- e) Quando sua descrição e caracterização constam de certidão expedida pelo Serviço Registral Imobiliário competente.

79ª Questão: Para lavratura de Escritura Pública de Venda e Compra de bem imóvel em que são partes contratantes pessoas físicas residentes no local da situação do bem objeto da transação, quais os documentos que podem ter sua apresentação dispensada, a critério do outorgado?

- a) As Certidões Negativas de Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias.
- b) A Certidão de Ônus Reais.
- c) O Comprovante do Pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.
- d) As Certidões Negativas Fiscais referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel transacionado.
- e) O boleto bancário relativo ao pagamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

80ª Questão: Em que hipótese um título ou documento de dívida pode ser protestado por falta de aceite?

- a) Quando for apresentado para protesto através de boleto bancário.
- b) Quando a obrigação já estiver vencida.
- c) Somente após decorrido o tríduo legal.
- d) O protesto por falta de aceite somente poderá ser extraído antes do vencimento da obrigação.
- e) Quando autorizado pelo apresentante do título ou documento de dívida.

81ª Questão: Qual o prazo de arquivamento dos livros de protocolo e de registros de protesto?

- a) Três anos os de protocolo e dez anos os de registros de protesto.
- b) Ambos *ad eternum*.
- c) Cinco anos para os livros de protocolo e dez anos para os de registros de protesto.
- d) Um ano para os livros de protocolo e cinco anos para os de registros de protesto.
- e) Ambos pelo prazo de cinco anos.

82ª Questão: Nos serviços de Registros de Imóveis, o Livro nº 1 (Protocolo) é destinado a:

- a) Determinar a prioridade do registro em caso de permuta de imóveis pertencentes à mesma circunscrição imobiliária.
- b) Promover o registro, no mesmo dia, de títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.
- c) Indicação da numeração seqüencial de matrícula dos títulos apresentados.
- d) Apontamento de títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- e) Prenotação dos títulos, com numeração de ordem que lhes competir em razão da seqüência rigorosa de sua apresentação.

83ª Questão: O registro das convenções antenupciais, previsto no artigo 167, inciso I, da Lei Federal nº 6.015/73, será feito:

- a) No livro nº 2.
- b) No livro nº 4.
- c) Nos livros nºs 2 e 3.
- d) No livro nº 3.
- e) Nenhuma das alternativas acima é correta.

84ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A escolha do tabelião de notas depende do domicílio das partes ou do lugar de situação dos imóveis objeto do ato ou negócio.
- b) O tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu a delegação.
- c) O exercício da atividade notarial e de registro é compatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
- d) Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um ou mais locais, permitida a instalação de sucursal.
- e) Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.

85ª Questão: Sobre casamentos é **correto** afirmar:

- a) A eficácia da habilitação de casamento será de 30 dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.
- b) O homem e a mulher com 18 anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
- c) A eficácia da habilitação de casamento será de 90 dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.
- d) Não podem casar os irmãos, unilaterais e bilaterais e demais colaterais, até o 4º grau inclusive.
- e) No prazo de 120 dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo de casamento religioso, requerer-lhe registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.

86ª Questão: Os emolumentos devidos pelo registro de escritura pública de compra e venda relativa a três imóveis, pertencentes à mesma circunscrição imobiliária, envolvendo as mesmas partes, são calculados:

- a) Pela soma dos valores de emolumentos do Anexo 3, obtidos integralmente com base no valor do imóvel de maior valor e dois terços com base nos valores do que corresponder a cada um dos demais imóveis.
- b) Pelo valor de emolumentos do Anexo 3, obtido com base no valor da soma total conjunta dos valores dos três imóveis.
- c) Pela soma dos valores de emolumentos do Anexo 3, obtidos com base no valor individual de cada um dos três imóveis.
- d) Pela soma dos valores de emolumentos do Anexo 3, obtidos: integralmente com base no valor do imóvel de maior valor, dois terços e um terço, com base nos valores do que corresponder a cada um dos demais imóveis.
- e) Nenhuma das alternativas acima é correta.

87ª Questão: Assinale a opção **correta**:

- a) São devidos pela metade os emolumentos pela prática de atos notariais e de registro em que o Estado de Santa Catarina e seus Municípios forem interessados e tenham que arcar com este encargo.
- b) Nos contratos de locação com cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada, a base de cálculo de emolumentos será o valor do primeiro aluguel.
- c) Aquele que receber emolumentos indevidos ou excessivos fica obrigado a restituí-los, devidamente corrigidos, incorrendo em multa equivalente ao triplo do seu valor, sem prejuízo das sanções penais e disciplinares previstas em lei.
- d) Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação serão reduzidos em 50%.
- e) Todas as alternativas acima estão corretas.

88ª Questão: O que o Tabelião de Protesto de Títulos deve cobrar quando um documento de dívida é protocolizado e, após a intimação pessoal do devedor para pagamento do título, o apresentante requer sua devolução sem efetivação do protesto?

- a) Emolumentos de protocolização mais os próprios de intimação, diligências e conduções realizadas.
- b) Emolumentos de protocolização, diligências, selos e despesas de correio.
- c) Emolumentos de protocolização, mais os de intimação, editais, diligências, selos e conduções realizadas.
- d) Emolumentos de protocolização, selos, mais diligências, editais e conduções realizadas.
- e) Emolumentos de protocolização, mais despesas de apontamento, notificação e devolução.

89ª Questão: Em face de uma Escritura Pública lavrada e, por interesse das partes, não assinada e tornada sem efeito, o que é devido ao Notário a título de emolumentos?

- a) O valor mínimo estabelecido no anexo 2.
- b) O correspondente a duas vezes o valor mínimo do anexo 2.
- c) Uma terça parte do valor dos emolumentos taxados ao ato, sendo o mínimo o da tabela respectiva.
- d) Nada é devido, com exceção das despesas de selos, traslados e rasa.
- e) Emolumentos no valor integral.

90ª Questão: Nas Escrituras Públicas de Convenção de Condomínio são devidos emolumentos estabelecidos:

- a) No anexo 2.
- b) Pelo mínimo fixado no anexo 1.
- c) Em valor fixo.
- d) No valor mínimo fixado para as escrituras sem valor declarado.
- e) No anexo 4.

91ª Questão: À luz das disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – CDOJSC, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Justiça Militar do Estado será exercida em Segundo Grau pelo Tribunal de Justiça.
- b) Para exercer o cargo de Juiz de Paz, o cidadão deverá obrigatoriamente possuir a nacionalidade brasileira.
- c) A Polícia Judiciária não é órgão de colaboração do Poder Judiciário.
- d) Ocorrendo agregação de Varas, os juízes passam a ter competência concorrente, funcionando em regime de cooperação.
- e) Em cada Comarca poderá haver mais de um Tribunal do Júri.

92ª Questão: À luz das disposições do CDOJSC, assinale a alternativa **correta**:

- a) Compete exclusivamente à Corregedoria Geral da Justiça atuar como órgão disciplinar junto ao Tribunal de Justiça.
- b) Compete ao Corregedor Geral da Justiça conhecer da reclamação contra exigência de custas indevidas ou excessivas por parte de funcionários do Tribunal de Justiça.
- c) A direção do Foro na comarca onde houver mais de um juiz será exercida sempre pelo magistrado mais antigo que aceite a indicação.
- d) São auxiliares da justiça, entre outros, os distribuidores e os oficiais de justiça.
- e) O Conselho Permanente e o Conselho Especial da Justiça Militar serão integrados por militares com o posto de tenente-coronel.

93ª Questão: À luz das disposições do CDOJSC, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os juízes de paz são órgãos do Poder Judiciário do Estado.
- b) É atribuição do Conselho da Magistratura declarar qualquer unidade de divisão judiciária em regime de exceção.
- c) Havendo irregularidade no processo de habilitação de casamento, o juiz de paz deverá submetê-lo ao juiz diretor do Foro.
- d) Os serviços auxiliares, no foro judicial e no extrajudicial, são executados por servidores da Justiça, com a denominação de funcionários e auxiliares da justiça.
- e) A expressão “Região Judiciária” designa o “agrupamento de Circunscrições Judiciárias”.

94ª Questão: À luz das disposições do CDOJSC, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Aos advogados da Justiça Militar e da Infância e Juventude é vedado o exercício da advocacia em casos não relacionados com as suas funções.
- b) As Casas da Cidadania serão instaladas, prioritariamente, nos municípios que não sejam sede de Comarca e nos distritos e bairros daqueles com elevado índice populacional.
- c) Ao Tribunal de Justiça cabe regulamentar a eleição para juiz de paz até quatro meses antes da sua realização.
- d) O Tribunal de Justiça poderá instituir e regular, por ato regimental, o funcionamento de Câmaras de Autocomposição, Juizados Informais de Conciliação, Programas de Conciliação Incidentais ou Informais e Mediação, inclusive Familiar.
- e) O servidor público poderá cumular o exercício do mandato de juiz de paz com o do seu cargo, emprego ou função.

95ª Questão: À luz das disposições do CDOJSC, assinale a alternativa **correta**:

- a) São cargos administrativos do Tribunal de Justiça: Presidência, 1ª Vice-Presidência, 2ª Vice-Presidência e Corregedoria Geral da Justiça.
- b) A Academia Judicial destina-se à formação de magistrados e servidores.
- c) O Conselho da Magistratura é presidido pelo Corregedor Geral da Justiça.
- d) Compete ao Corregedor Geral da Justiça processar e julgar os casos de perda de mandato de juiz de paz.
- e) Os juízes de paz tomarão posse perante o Presidente do Tribunal de Justiça.

96ª Questão: À luz das disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina – CNCJGJ, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nas serventias extrajudiciais, poderão ser abertos, concomitantemente, até dez livros de Registro Geral.
- b) Nas alterações de textos em livros e documentos nas serventias extrajudiciais poderão ser utilizados agentes químicos.
- c) Os agnomes “filho”, “júnior”, “neto”, “sobrinho” ou congêneres deverão ser utilizados somente no final do nome e se houver repetição, sem qualquer alteração, do nome do pai, avô, tio.
- d) O registro de criança nascida fora de estabelecimento de saúde será comunicado, no prazo de 48 horas, aos Conselhos Tutelares do local e da residência dos pais.
- e) O nascimento deve ser registrado no lugar do parto ou de residência dos pais, no prazo de 15 dias.

97ª Questão: À luz das disposições do CNCJGJ, o horário de funcionamento dos serviços notariais e de registro no Estado de Santa Catarina é fixado:

- a) Pelo juiz de direito diretor do Foro.
- b) Pelo Conselho da Magistratura, com ratificação posterior pelo Tribunal Pleno.
- c) Pelo Conselho da Magistratura.
- d) Pelo Tribunal Pleno.
- e) Pelo Corregedor Geral da Justiça.

98ª Questão: À luz das disposições do CNCJGJ, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O assento de óbito deverá conter, entre outros dados, se o falecido era eleitor.
- b) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de um ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no próprio cartório, independentemente do lugar do nascimento.
- c) O registro de interdição será comunicado ao juízo que a determinou, no prazo de cinco dias, para que o curador assine o termo de compromisso.
- d) O(a) nubente viúvo(a) não poderá suprimir o sobrenome do cônjuge do casamento anterior.
- e) O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

99ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**: À luz das disposições do CNCJ, o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento poderá ser feito:

- a) No registro do nascimento.
- b) Por escritura pública ou escrito particular com firma reconhecida por autenticidade, a ser arquivado em cartório.
- c) Por manifestação direta e expressa perante o juiz de direito.
- d) Por testamento.
- e) Por manifestação direta e expressa perante o juiz de paz.

100ª Questão: À luz das disposições do CNCJ, assinale a alternativa **correta**:

- a) No registro de imóveis, além da matrícula, será feita a averbação, entre outras, do restabelecimento da sociedade conjugal e das cédulas hipotecárias.
- b) No registro de títulos e documentos será feita a transcrição somente dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor e do penhor comum sobre coisas móveis.
- c) É facultativo o registro de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.
- d) Não pode ser feito o reconhecimento de firma lançado em documento redigido em língua estrangeira.
- e) Os documentos exigidos para a lavratura de escrituras públicas relativas a imóveis devem ser arquivados no Cartório de Registros de Imóveis.